

## ATA Nº 83

1  
2  
3 Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às dezessete horas,  
4 realizou-se uma reunião ordinária do Conselho Municipal de Habitação na Secretaria Municipal  
5 de Desenvolvimento Social, com os seguintes presentes: Thaise Ribeiro Paes, Mariela  
6 Estevão Antunes, Lilian F. M. Gonçalves, Melina Linhares F. Zaboti, Janaína Mendes Dandolini,  
7 Arthur Filipe W. Britzke, Fernando Bueno, Jhasmar Marchini Felipe, Cleuton Farias Gomes,  
8 Marlise de Souza Lopes Serafim, Rosimari Smaniotto, Secretária de Assistência Social Kelly  
9 Botega e Arquiteto Flávio Luiz Alipio. O Presidente Cleuton iniciou a reunião cumprimentando a  
10 todos e agradecendo a presença do arquiteto Flávio. Em seguida, fez um breve resumo de  
11 como o CMH está atualmente, como: atualização da lei de criação do conselho, aprovação de  
12 regimento interno e o fundo municipal de habitação. O plano de habitação está muito bem  
13 elaborado, mas está desatualizado. Em seguida, passou a palavra para a secretária de  
14 Assistência Social, Kelly Botega, que participou da reunião, onde explicou que em 2017,  
15 quando assumiu a gerência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMSD,  
16 precisou conhecer o conteúdo do plano. Ele tem um embasamento muito bom, foi muito bem  
17 elaborado e estava baseado no diagnóstico do município para a época (2009). Ele tinha um  
18 horizonte temporal, um prognóstico de dez anos. Na questão de diagnóstico, que está muito  
19 bem detalhado no plano, o que preocupa é o fato que nenhuma das ações propostas pelo  
20 plano foram executadas no município de Tubarão. Uma das propostas era que se criasse,  
21 dentro da Assistência Social, um setor composto por uma equipe técnica (assistente social,  
22 engenharia de projetos), mas não foi possível efetuar esse setor. Na época, o plano foi  
23 elaborado porque o município aderiu ao programa do governo federal Minha Casa, Minha  
24 Vida. Passando a palavra, o presidente Cleuton questionou ao arquiteto Flávio como foi a  
25 experiência em participar da elaboração do plano e, se é necessário desenvolver um novo  
26 plano ou pode ser atualizado em alguns pontos, fazendo as adequações importantes. O  
27 arquiteto Flávio agradeceu o convite e está feliz em ver o conselho ativo. Continuando, em  
28 2005 foi criada uma lei que criou o fundo municipal de habitação de interesse social e, essa lei  
29 previa que estados e municípios tivessem seus conselhos, plano e fundo (CPF). Em  
30 2008/2009 estava se pensando em política da habitação de uma maneira estruturada e de  
31 impacto nas cidades. Em 2009, veio o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e  
32 mudou um pouco a gestão do recurso federal. Nessa época, teve um financiamento federal  
33 para elaboração do plano. Os municípios que fizeram seus planos de habitação, tiveram um  
34 repasse de recurso federal. O plano de habitação tinha um horizonte de dez anos com seus  
35 ciclos de monitoramento, revisão do PPA (plano plurianual) do município, onde a cada quatro  
36 anos ele deveria estar sendo monitorado. Existia metas de investimentos. Para o município de  
37 Tubarão foi previsto dois tipos de programas diferentes: o primeiro era o programa de  
38 loteamento informal e o segundo os programas eram ações de infraestruturas mais pesadas,  
39 dos assentamentos precários. Tinham, também, a ação da defesa civil, pois na época,  
40 Tubarão tinha uma estrutura equipada e os programas de reestruturação de um departamento  
41 de habitação na área junto à Secretaria de Desenvolvimento Social. Foi previsto que se  
42 estruturasse dentro da Assistência Social um departamento. Hoje, tem um novo contexto do  
43 ponto de vista dos recursos, pois a COHAB (conjunto habitacional) no estado foi extinta. No  
44 governo federal, a estrutura está um pouco diferente. Para atualizar o plano, os ciclos de  
45 monitoramento teriam que estar orçamentados, que em tese, deveria ser a cada quatro anos.  
46 Em 2019, a previsão era uma atualização ou uma revisão, caso houvesse algo diferente. Os

47 conselheiros questionaram que, enquanto conselho, seria o momento para fazer algum  
48 encaminhamento concreto com o plano de habitação, sabendo que estamos em um momento  
49 eleitoral, que irá ocorrer este ano e, na transição dos governantes. Continuando, questionaram  
50 também se é possível uma atualização, partindo do plano de habitação, o que pode ser  
51 atualizado e quanto custaria para atualizar. A partir dessas informações, buscaria recursos  
52 através do executivo. O arquiteto Flávio comentou que em 2009 levou de dois anos e meio a  
53 três anos para elaborar o plano de habitação e, na finalização do mesmo foi feito quatro  
54 seminários. Dificilmente será feito entre um ano e um ano e meio para atualizá-lo, porque a  
55 legislação mudou. Terá que ser feito uma nova radiografia da estrutura administrativa,  
56 contanto ainda, com o período de mudanças e transição do governo municipal. Na época em  
57 que o plano foi elaborado (2009), o governo federal disponibilizou para o município de Tubarão  
58 R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Hoje, o plano de habitação custaria em torno de R\$  
59 200.000,00 (duzentos mil reais) a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). É uma  
60 estimativa. No caso de uma atualização, tem que ter um termo de referência bem elaborado,  
61 bem descrito. O conselheiro Jhasmar comentou que o Grupo Pizolato, de Minas Gerais, faz  
62 construções de casas e, em 2016 veio à Tubarão para uma conversa com o prefeito. O  
63 conselheiro Arthur acha interessante ter uma reunião com o Grupo Pizolato novamente,  
64 através de vídeoconferência, para que os conselheiros fiquem cientes do que foi apresentado  
65 em reunião no ano de 2016. A conselheira Lilian comentou que participou de uma reunião no  
66 dia 30/01/2024, onde ficou claro que o município de Tubarão precisa estar regular, ou seja, o  
67 plano tem que estar atualizado para aderir a algum programa do governo. Continuando, ela  
68 relatou que o arquiteto Flávio explicou muito bem o plano de habitação, com diagnóstico e  
69 muitas informações envolvendo outras secretarias, questionando o que precisa para estar  
70 regular. Os conselheiros sugeriram elaborar um plano mais reduzido ou atualizar algumas  
71 informações para que esteja em condições de receber os programas, pois ele precisa ser  
72 atualizado, avaliado e aprovado para ficar regular. Seguindo, questionaram se o arquiteto  
73 Flávio tem alguém para indicar para a atualização do plano, pois ele não está mais  
74 trabalhando nessa área. O arquiteto Flávio indicou profissionais que trabalham em empresas e  
75 na universidade para a execução do plano. A UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina)  
76 tem professores do curso de Arquitetura, onde estão eventualmente trabalhando para  
77 desenvolver esse tipo de trabalho. Tem alguns recursos para intervenções, como o PAC.  
78 Pensando em unidades novas, procurar o patrimônio da união. O presidente Cleuton  
79 agradeceu a disponibilidade do arquiteto Flávio em ter participado da reunião e esclarecido  
80 muitas dúvidas sobre o plano municipal de habitação. O arquiteto Flávio agradeceu, ficando à  
81 disposição do CMH para que possa colaborar, de alguma forma, na atualização do plano. O  
82 presidente Cleuton passou a palavra para a secretária executiva Marília, que fez a leitura da  
83 pauta: **Correspondências Expedidas:** Ofício nº 02/2024 para o Sr. Gean Carlo de Bom da  
84 Silva, presidente da ACIT, solicitando a indicação de dois representantes da ACIT, sendo um  
85 titular e um suplente em substituição ao Sr. Diego Fernandes Rodrigues e Guilherme Pereira  
86 Gonçalves; Ofício nº 03/2024 para OAB, solicitando a indicação de dois representantes da  
87 OAB, sendo um titular e um suplente em substituição a Sra. Bruna Rosa Correa e Liliane  
88 Sastre Nunes; Memorando nº 12.899/2024 para a Procuradoria Jurídica, solicitando a  
89 indicação de um representante titular em substituição a Sra. Emanuela Nazário Bristot Larroyd;  
90 Memorando nº 14.377/2024 para a Secretaria de infraestrutura, solicitando a indicação de dois  
91 representantes, sendo um titular e um suplente em substituição a Sra. Melina Linhares e o Sr.  
92 Fábio Fernandes; **Correspondências Recebidas:** Ofício nº 74/2024 a Secretaria de

93 Urbanismo convida para participar da reunião sobre o Estudo Técnico Socioambiental no dia  
94 18 de junho de 2024, às 14h e 30min; AACIT indica o Sr. Fernando Bueno como titular e o Sr.  
95 Antônio Carlos Silvério como suplente; **Outros assuntos:** Aprovação das atas nº 81 e nº 82;  
96 Decreto nº 7.692/2024 nomeia os membros do CMH; Alterar o Regimento Interno; Plano  
97 Municipal de Habitação – Arquiteto Flávio Luiz Alipio; Assuntos Gerais. O presidente Cleuton  
98 mencionou que o decreto já saiu sugerindo alteração no Regimento Interno, conforme a lei. Os  
99 conselheiros aprovaram. Referente ao memorando nº 14.377/2024, a titular Melina Linhares irá  
100 permanecer no conselho. Com relação a reunião sobre o Estudo Técnico Socioambiental  
101 (ETSA), o conselheiro Jhasmar participou, representando o conselho. Ele solicitou que seja  
102 assunto de pauta para a próxima reunião, pois ficou muito preocupado porque o CMH não tem  
103 direito a voto, sendo apenas convidado a participar das reuniões. O Presidente Cleuton  
104 colocou em votação as atas nº 81 e nº 82, na qual foram aprovadas pelos conselheiros. Sem  
105 mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião.